



REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade

www.reunir.revistas.ufcg.edu.br



ARTIGO ORIGINAL: Submetido em: 03.10.2022. Avaliado em: 15.01.2023. Apto para publicação em: 01.08.2023. Organização Responsável: UFCG.

Assistência Estudantil à luz da *accountability*: instrumento de medição em portais eletrônicos

Student Assistance under accountability: measuring instrument on electronic portals

Asistencia al Estudiante bajo rendición de cuentas: instrumento de medida en portales electrónicos

Daniel Colman Sanabria

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

<https://orcid.org/0000-0001-5825-4896>

danielppr2010@hotmail.com

Natalia Ingrid de Oliveira Ferreira

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

<https://orcid.org/0000-0002-6939-7435>

nati_oti@hotmail.com

Helder de Lima Fava

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

<https://orcid.org/0000-0001-9392-8315>

helderlf@gmail.com

Renato Fabiano Cintra

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

<https://orcid.org/0000-0003-2887-5610>

renatocintra@ufgd.edu.br



PALAVRAS-CHAVE

Accountability.

Assistência Estudantil.

Portal Eletrônico.

Resumo

Objetivo: Estruturar um instrumento capaz de medir a *accountability* em portais eletrônicos para o contexto da assistência estudantil das instituições federais de ensino superior.

Metodologia: Foi realizado levantamento sistemático da literatura de *accountability*, nas principais bases de referências, com o objetivo de avaliar os modelos disponíveis e passíveis de utilização/referência. Também, utilizou-se dos resultados de Fava (2021) sobre o que deveria ser medido na assistência estudantil na visão dos gestores.

Originalidade/Relevância: Não existe instrumento à análise da *accountability* na política de assistência estudantil em portais eletrônicos.

Resultados: Estruturou instrumento de medição da política de assistência estudantil à luz dos preceitos da *accountability* em portais eletrônicos.

Contribuições teóricas/metodológicas: Contribui na discussão e na organização de um protocolo de medição sobre a assistência estudantil à luz da *accountability*.

KEYWORDS

Accountability. Student Assistance. Electronic Portal.

PALABRAS CLAVE

Rendición de cuentas. Asistencia Estudiantil. Portal Electrónico.

Abstract

Objective: To structure an instrument capable of measuring accountability in electronic portals for the context of student assistance at federal institutions of higher education.

Methodology: A systematic survey of the literature on accountability was carried out, in the main reference bases, with the objective of evaluating the models available and subject to use/reference. Also, the results of Fava (2021) were used on what should be measured in student assistance in the view of managers.

Originality/Relevance: There is no instrument for the analysis of accountability in the student assistance policy in electronic portals.

Results: Structured instrument for measuring the student assistance policy in the light of the precepts of accountability in electronic portals.

Theoretical/methodological contributions: Contributes to the discussion and organization of a measurement protocol on student assistance in the light of accountability.

Resumen

Objetivo: Estructurar un instrumento capaz de medir la rendición de cuentas en portales electrónicos para el contexto de atención a estudiantes en instituciones federales de educación superior.

Metodología: Se realizó un levantamiento sistemático de la literatura sobre rendición de cuentas, en las principales bases de referencia, con el objetivo de evaluar los modelos disponibles y sujetos de uso/reference. Asimismo, se utilizaron los resultados de Fava (2021) sobre lo que debe medirse en la asistencia a los estudiantes en la visión de los directivos.

Originalidad/Relevancia: No existe un instrumento para el análisis de la rendición de cuentas en la política de atención al estudiante en los portales electrónicos.

Resultados: Instrumento estructurado para la medición de la política de atención al estudiante a la luz de los preceptos de rendición de cuentas en los portales electrónicos.

Aportes teóricos/metodológicos: Contribuye a la discusión y organización de un protocolo de medición de la atención al estudiante a la luz de la rendición de cuentas.

Introdução

A lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), trouxe um marco na transparência pública, pois torna público o direito da sociedade em conhecer os programas de governo e estabelece o dever da administração pública de ser transparente quanto à divulgação dos recursos públicos (Bairral, 2013). Neste contexto, conceitos que surgiram ao longo da evolução dos modelos de organização do Estado assumem papel de destaque nos processos de prestação de contas (Rocha, 2011). Dentre eles, destaca-se o conceito de *accountability*, que trata do processo permanente de avaliação e de responsabilização das ações que são executadas pelos servidores públicos e, portanto, mecanismo que permite ao cidadão ter controle dos atos de seus representantes (Rocha, 2011), favorecendo procedimentos de transparência e trazendo legitimidade aos atos da administração (Carneiro *et al.*, 2011). Neste sentido, a *accountability* e a transparência ganham escopo no âmbito político (Machado & Carvalho, 2020).

Logo, percebe-se que a transparência se expandiu para outros aspectos da gestão pública, além da obrigatoriedade, e isso mobiliza os órgãos de controle um olhar atento às informações que são disponibilizadas aos cidadãos, se essas estão acessíveis-entendíveis, seja via relatórios de gestão ou portais eletrônicos (Bairral *et al.*, 2015). Portanto, somente o cumprimento de normas legais de publicização não se mostram suficientes a compreender os fatos, pois há necessidade de modelagem por parte das instituições para que a informação de fato seja acessível e de fácil compreensão. Estudos empíricos sustentam o argumento de que a qualidade do governo, o desempenho e a imparcialidade provavelmente terão impacto sobre as minorias no acesso aos serviços de bem-estar obrigatórios (Ramamany, 2020). A publicização de informações por si só não garante transparência e permeabilidade pública, é necessário entendimento das informações disponibilizadas e canais de comunicação entre governo e sociedade (IPEA, 2010).

Nesse contexto, com a introdução da *accountability*, bem como a necessidade do Estado

em ser transparente com suas ações, nota-se na literatura que a assistência estudantil (AE) foi negligenciada pelos pesquisadores, haja vista que nas buscas da intersecção da AE ou PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) com a *accountability* nas bases de referências da Web of Science, da Scielo, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Spell, retornaram apenas dois estudos: Machado e Pan (2016) com os efeitos subjetivos da política nacional de assistência estudantil; e Passos (2020) com em que medida o relatório de gestão contempla a transparência ativa da política de AE no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

Apesar destes, não tem instrumento que oriente a verificação da qualidade da informação ou o nível de *accountability* em portais eletrônicos no contexto da AE, o que se apresenta um *gap* de pesquisa. Logo, faz-se necessário refletir e estruturar um instrumento de medição, antes de medir a *accountability* nos portais eletrônicos.

Dessa forma, objetiva-se com o estudo propor um instrumento de medição da *accountability* na AE em portais eletrônicos para as instituições federais de ensino superior (IFES). Para tanto, recorreu à literatura de *accountability* para identificar os modelos já estruturados, bem como estruturou e adaptou ao contexto da AE. No intuito de complementar e embasar as análises, utilizou-se de questionário orientado para o que realmente seria importante de ser medido na visão dos gestores da AE nas IFES, contido na pesquisa de Fava (2021).

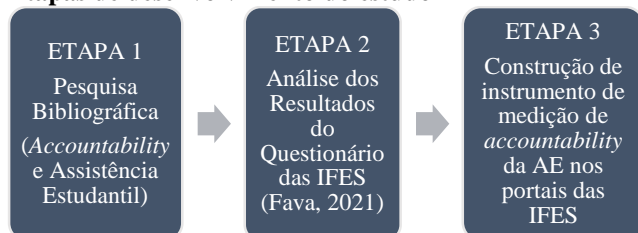
A pesquisa oferece uma visão geral dos atributos necessários e mínimos para que ocorra a publicização do PNAES e indica os atributos que vão compor a avaliação do nível de qualidade de sua divulgação à luz da *accountability*. Também permite, em futuras pesquisas, criar um *ranking* das IFES quanto à prática da *accountability* no contexto da AE. Logo, apresenta-se como um estudo pioneiro a alinhar o contexto da AE aos preceitos da *accountability* e essa aproximação pode gerar frutos ao campo e comparabilidade do PNAES nas IFES.

Elementos metodológicos da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Para tanto, recorreu a três etapas na construção e execução (Figura 1).

Figura 1

Etapas de desenvolvimento do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A primeira etapa consistiu na busca da literatura sobre a *accountability*, em jul/22, nas principais bases de referências: Web of Science (574 estudos de *accountability* na Ciência Política e Administração Pública), Scielo (452 estudos de *accountability* nas diversas áreas), Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (1.161 estudos de *accountability*) e Spell (239 estudos de *accountability*). Resultou um rol de 2.426 estudos. Desses, filtraram os estudos que apresentassem modelo teórico ou instrumento de medição da *accountability*, dos quais selecionou 92. Concomitante a análise, filtrou os que promoviam a intersecção da AE ou do PNAES com a *accountability*, os quais retornaram Machado e Pan (2016) e Passos (2020). Esses estudos foram lidos e compõem a revisão de literatura e suporte à análise e à discussão dos resultados.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em analisar de maneira minuciosa os resultados da pesquisa de Fava (2021) que levantou informações institucionais das ações da AE, da existência de indicadores de avaliação e monitoramento do PNAES nas IFES e o que deveria ser monitorado como resultado, impacto e processo da política, na visão dos pró-reitores ou dos gestores responsáveis pelo PNAES nas IFES. O questionário foi disponibilizado entre janeiro e março de 2021 e 24 das 69 IFES responderam. Nosso estudo se concentra no diagnóstico situacional e nas necessidades institucionais a serem observados no instrumento de medição da *accountability* da AE em portais eletrônicos.

Na terceira etapa buscou construir o instrumento de medição da *accountability* da AE em portais eletrônicos das IFES. Especificamente, utilizou como referência o modelo de Passos (2020) e alinhou aos resultados do diagnóstico situacional e das necessidades institucionais, na visão dos gestores da AE nas IFES brasileiras (Fava, 2021). Cumpre ressaltar, que Machado e Pan (2016) contribuíram de forma a compor o referencial teórico desta pesquisa, pois analisam os efeitos subjetivos do PNAES, a partir da perspectiva dos estudantes de uma universidade federal brasileira, coletados a partir de entrevistas individuais e por meio de grupos focais. Logo, o trabalho não se mostrou aderente aos objetivos desta pesquisa, no que tange a um modelo teórico de mensuração ou metodologia.

Assim, foi possível estruturar o instrumento de medição da *accountability* da AE, que capte a realidade dos portais eletrônicos das IFES, no que tange a AE. Espera-se em um outro momento, que o instrumento seja validado por pesquisadores da AE e da *accountability*, os quais serão escolhidos tendo em vista a adesão voluntária em avaliar o referido instrumento, bem como uma análise quantitativa sobre os atributos. Por fim, entende como exequível o percurso metodológico, reduzindo os vieses e as explicações alternativas que a pesquisa possa vir a ter. A seguir, passa-se aos elementos que dão sustentação teórica a presente pesquisa.

Accountability: Clarificando o Conceito

A capacidade de prestação de contas e transparência tem sido cada vez mais importante para os governos de modo geral, com destaque para os países com economias emergentes, na qual os governos têm demonstrado dificuldades em implementar medidas para equalizar as desigualdades de cunho econômico e social ao encontrar um déficit na sua política democrática e eficácia institucional, ou seja, na capacidade de se legitimar enquanto governo e promover políticas públicas que atendam a sociedade, comprometendo atos e negligenciando comportamentos de governança (Samaratunge &

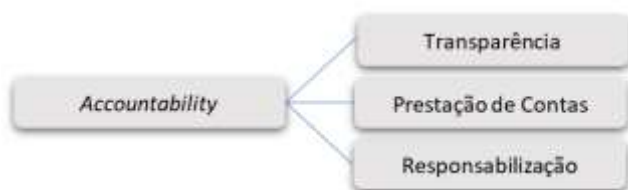
Alam, 2021; Santos & Souza, 2022).

Neste contexto, um dos conceitos presentes na governança pública é o de *accountability*, termo em inglês que abarca um espectro de significados multifacetados, não havendo perfeita concordância em uma tradução literal (Pinho & Sacramento, 2009), sendo a definição do termo um exercício extremamente difícil (Xavier, 2011).

Pioneira neste campo, Campos (1990) traz algumas compreensões a respeito do conceito do termo, a partir de sua busca, sem sucesso, sobre uma tradução literal, motivando-a assim a se concentrar no significado, e relata que o que falta ao povo brasileiro não é a palavra em si, mas sim o próprio conceito. A *accountability* “é concebida com base em variados espaços e modelos, e não pode ser vista como um fenômeno único ou mesmo homogêneo e isolado do contexto administrativo que lhe dá sustentação” (Rocha, 2011:83) e está atrelado a três dimensões: responsabilidade, prestação de contas e transparência (Batista *et al.*, 2021), conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2

Dimensões da Accountability



Fonte: Platt Neto *et al.* (2007:85).

Posto isso, duas formas de *accountability* se destacam na literatura: a vertical e a horizontal. As “ações realizadas, individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não” (O’Donnell, 1998:28) corresponde a *accountability* vertical. Sinteticamente, as reivindicações da sociedade, a cobertura da mídia quanto a corrupção e principalmente as eleições periódicas, são dimensões desse tipo de *accountability*. Enquanto que a *accountability* horizontal compreende a:

existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e

capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até *impeachment* contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas (O’Donnell, 1998:40).

Pode-se identificar que a *accountability* horizontal pressupõe relação entre os órgãos do governo de forma igualitária, de mútua vigilância entre os poderes do legislativo, executivo e judiciário, conhecido também como *check and balances*, sistema de freios e contrapesos dos órgãos do governo. Cada poder tem autonomia para exercer suas funções, porém é controlado pelos demais poderes para prevenir abusos de poder. Portanto, evidencia-se a construção de mecanismos pelos quais os governantes são compelidos a responderem por seus atos e omissões diante da sociedade (Abrucio & Loureiro, 2004).

O exercício do controle democraticamente exercido sobre os atos do governo está presente no contexto de *accountability* (Olivieri, 2011). Para ampliação do conceito é fundamental o entendimento acerca da transparência (Zuccolotto & Teixeira, 2014), ou seja, a capacidade de vislumbrar o que ocorre no setor público (Janssen *et al.*, 2017). Duas categorias de transparência podem ser destacadas: a de origem ativa e a passiva. Na ativa há disponibilização espontânea das informações pelos entes públicos, sem que haja um pedido formal, enquanto a passiva refere-se à disponibilização de dados requeridos de maneira formal por algum interessado, ressalvados os casos de sigilo (Rigoni *et al.*, 2021). Nesta extensão, entende-se que a transparência depende de duas condições: visibilidade e capacidade de inferência sobre os dados, ou seja, facilidade de acesso e compreensão dos dados são condições para que haja transparência (Michener & Bersch, 2013). Para que haja de fato a *accountability*, as ações devem ir para além das fronteiras da transparência convencional, do simples ato de publicar informação, deve-se promover o envolvimento de instituições públicas e sociedade civil, contribuindo para a transparência e prestação de contas de forma rápida e clara (Fox, 2007).

Embora estudos sobre a transparência do setor público tenham aumentado nos últimos 30 anos, as

revisões abrangentes têm sido reduzidas, o que evidencia fragilidade e dificuldade de avanço ao campo (Mendieta, 2021). Desta forma, ainda que fatores endógenos produzam qualidade nos produtos e procedimentos, não são suficientes para gerar impactos e resultados positivos (Mendieta, 2021). Ao adentrar no campo das IFES, objeto deste estudo, há déficit na transparência ativa, além de identificar em que medida ela é contemplada, deslocando o olhar para compreender que a transparência se manifesta de maneira multidimensional, pois, além da aderência aos requisitos normativos mínimos, deve traduzir os variados aspectos sociais da instituição, incorporando-se como uma ferramenta de avaliação, cuja informação institucional produzida, voluntária ou não, esteja ao alcance da compreensão da sociedade (Passos, 2020). Vê-se necessário a criação de instrumentos promotores de qualidade da informação e capazes de alcançar níveis de transparência necessários ao controle social, em especial no âmbito do ensino superior.

A pesquisa alinha-se com esse interesse na busca por fornecer instrumentos e informações relevantes para avaliação, monitoramento e tomada de decisão dos gestores públicos e nesse sentido, alinhar aos preceitos da *accountability*. Além disso, há uma observação de que a maioria dos estudos recentes sobre *accountability* foca em uma das dimensões do conceito, a transparência, sem apresentar uma visão abrangente do processo (Buta; Teixeira & Schurgelies, 2018). Em contrapartida, este estudo adota abordagem diferente, investigando o fenômeno por meio das três dimensões destacadas: transparência, prestação de contas e responsabilização. Isso se deve ao reconhecimento de que uma perspectiva fragmentada para abordar o tema negligencia o fato de que todas as dimensões do processo são necessárias para um efetivo controle (Buta; Teixeira & Schurgelies, 2018).

Política Pública de Assistência Estudantil

A política pública pode ser compreendida como uma diretriz construída para enfrentar um problema público (Secchi, 2010). A atuação do estado para equalizar diferenças sociais por meio da institucionalização de processos é a definição

de política pública (Silva *et al.*, 2017). Neste sentido, ressalta-se que as políticas públicas voltadas ao meio educacional têm relação direta com o tipo de sociedade que se pretende formar (Assis *et al.*, 2013). Inúmeros são os desafios para se efetivar o direito à educação e a permanência dos estudantes, especialmente no ensino superior (Souza & Cintra, 2020). Parte disso, passa pela evolução das políticas públicas que se alteram para se moldarem e atenderem aos desafios, até por conta das novas realidades (Fernandes & Almeida, 2019). No Brasil observa-se que “historicamente a educação, apesar das intenções preconizadas nos inúmeros instrumentos jurídicos, não tem sido um direito exercido por todos os cidadãos” (Vasconcelos, 2010:608). O ensino público deve encontrar apoio em programas que resgatem a qualidade da educação (Ferreira & Santos, 2014).

Neste foco, destaca-se o PNAES, visto como a principal política de AE no Brasil (Carrano *et al.*, 2018). Em vigor desde 2008, assumiu caráter legal com a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC), e foi transformada no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Conquista da comunidade, acarretou em significativas mudanças na AE brasileira, promovendo apoio ao acesso, permanência e êxito dos estudantes de baixa renda (Barbosa, 2009; Vasconcelos, 2010).

O decreto do PNAES prevê que as ações de AE no país sejam desenvolvidas nas áreas de: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Nota-se que o PNAES é amplo e orienta que cada instituição de ensino superior realize as quais julguem necessárias (Santana *et al.*, 2015; Machado & Pan, 2016; Cintra *et al.*, 2020; Brito *et al.*, 2021).

Estudos acerca do PNAES na última década se concentrou em especial em duas áreas (Souza & Cintra, 2020): implantação e propagação da política pública de AE nas instituições de ensino pós PNAES (Estrada & Radaelli, 2014; Oliveira & Oliveira, 2015; Pinto, 2017; Andrade & Pachêco, 2019; Eloi *et al.*, 2019) e avanços no ensino superior oriundos da política pública de AE

(Felippe, 2015; Gazotto & Giometti, 2016; Andrade & Teixeira, 2017; Araújo & Andrade, 2017; Ferreira, 2017; Chaves & Silveira, 2018; Batista, 2019; Lima & Carvalho, 2021).

Nesse contexto de expansão das ações no ensino público brasileiro, um dos principais desafios da atualidade é a captação de recursos orçamentários para implementação (Dutra & Santos, 2017; Ferreira, Sanabria, & Cintra, 2023). A obtenção de êxito com o PNAES em situações econômicas adversas pode implicar em restrições ao programa (Passos, 2020). Diante de cenários adversos que se faz necessário promover ações que contribuam para avaliação contínua, confiável e empoderada de políticas públicas (Fava, Hall, & Cintra, 2022; Fava & Cintra, 2021, 2022), como a criação de estruturas que favoreçam a legitimidade e tragam transparência e controle social dos atos realizados pelas instituições públicas, permitindo aos formuladores e gestores analisar a trajetória das políticas e suas implicações (Ramos & Schabbach, 2012).

Dessa forma, além de planejar e implementar as políticas públicas, é essencial realizar avaliações contínuas para garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo diante dos desafios sociais dentro do contexto institucional (Cintra, Ribeiro, & Costa, 2023; Lima & Ferreira, 2016). Portanto, verificar se o objetivo de uma política pública está sendo atingido efetivamente e se os anseios da população estão sendo satisfeitos, se torna relevante (Silva & Silva, 2023). Entretanto, um dos obstáculos na avaliação de políticas públicas reside na disponibilidade de dados que sejam confiáveis em termos de abrangência e precisão, além de serem adequados para documentar as principais conquistas (Menezes *et al.*, 2023). Logo, a análise de uma política pública está intrinsecamente ligada a *accountability*, pois para que ocorra avaliação e monitoramento de uma política, é necessário que ocorra transparência e prestação de contas, ou seja, *accountability* (Batista, Gomes & Panis, 2021).

Assim, alternativas que fortaleçam a AE enquanto política pública, lança luz a uma melhor organização das ações (Brito *et al.*, 2019), bem como fortalece mecanismos de averiguação dos gastos públicos e de que forma eles foram

utilizados (Fava & Cintra, 2021, 2022). Nesse sentido, destaca-se o uso da pesquisa acadêmica como estratégia de conhecimento da realidade e contribuições para alocação de recursos (Capobianco *et al.*, 2011; Ferreira & Cintra, 2023). O interesse do governo, no acompanhamento e avaliação de políticas públicas, possui relação com elementos de eficiência, efetividade e *accountability*, que fornecem aos gestores informações sobre a qualidade das ações, além de serem subsídios à sociedade e ao poder legislativo (Cunha, 2018). Deste modo, vê-se de grande interesse dos governos a verificação de resultados, eficiência e eficácia, bem como a aplicação da *accountability* (Ramos & Schabbach, 2012).

Na seção seguinte, apresentam-se alguns resultados da pesquisa da Fava (2021) e o diálogo com as demais literaturas da área, com a intenção de evidenciar elementos relevantes que compõem o PNAES, sua importância e as principais dificuldades, identificados por gestores que atuam diretamente na sua aplicação nas IFES, afim de subsidiar os itens de verificação que compõem o instrumento de medição.

A Visão dos Gestores da AE: Reflexão

Pesquisas reacenderam o interesse pelas instituições como sendo fundamental à compreensão da realidade social contemporânea (Machado & Carvalho, 2020). Sob essa ótica, "são os significados atribuídos pelos indivíduos à realidade em que se acham inseridos que conformam seu contexto institucional de referência, ou seja, que definem estruturas e orientam ações organizacionais" (Machado & Carvalho, 2020:486).

Esta seção concentra-se nos resultados encontrados por Fava (2021), por meio de um *e-survey*, com os gestores responsáveis pela AE nas IFES. O questionário foi encaminhado no período de janeiro a março/2021 e 24 das 69 responderam (35%). O questionário tem seis seções: introdução, termo de consentimento, identificação da instituição, perfil do entrevistado, diagnóstico situacional e necessidades institucionais. Por conta do foco desta pesquisa, concentrar-se-á nos

resultados das seções de diagnóstico situacional e necessidades institucionais.

Além de tentar coletar o máximo de informações a respeito das ações de AE nas IFES, o questionário preocupou-se em identificar algumas das necessidades das instituições. Primeiro, Fava (2021) examinou as ações da AE com base no decreto PNAES. O objetivo foi compreender a extensão em que as IFES no país implementaram as dez ações prioritárias. A pesquisa investigou se as IFES em questão declararam atividades correspondentes a cada uma dessas ações. O Quadro 1 mostra se a referida IFES tem a ação, considerando apenas as 24 instituições que responderam ao questionário.

Figura 3

Ações desenvolvidas pelas IFES no PNAES

SIGLA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
UFTM	X	X	X	X	X		X	X	X	X
UFCA	X	X	X	X	X				X	X
UFT	X	X		X	X				X	
UFPR	X	X	X		X		X	X	X	
UFRB	X	X	X		X		X	X	X	X
UFS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFPE	X	X		X	X	X	X	X	X	X
UFCA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFSJ	X	X	X	X	X		X	X	X	X
UFOB		X			X				X	
UFSCAR	X	X	X	X	X			X	X	X
UFLA	X	X	X	X	X		X	X		X
UFRRJ	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFOPA		X	X		X		X		X	X
UFPB	X	X	X		X			X		
UFPEL	X	X	X					X	X	
UFRR	X	X	X		X	X	X		X	X
UFOP	X	X		X	X				X	X
UFRPE	X	X	X	X			X	X	X	
UFESM	X	X	X	X	X			X		
UFES	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFRGS	X	X	X	X			X	X	X	X
UNIFEI	X	X			X			X	X	
UNIR	X	X	X		X	X	X	X		

Nota: 1. Moradia; 2. Alimentação; 3. Transporte; 4. Atenção à saúde; 5. Inclusão digital; 6. Cultura; 7. Esporte; 8. Creche; 9. Apoio pedagógico; 10. Acesso, participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e outros transtornos.

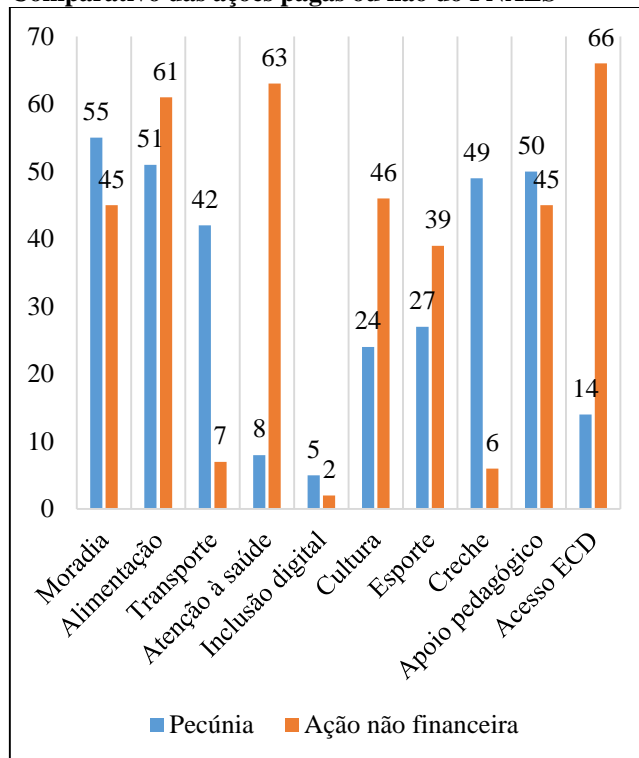
Fonte: Fava (2021:56).

A partir desse resultado, há um desbalanço nas ações que são realizadas pelas IFES, bem como não são realizadas em sua totalidade (Ferreira, Sanabria & Cintra, 2023, Fava & Cintra, 2022, Souza & Cintra, 2020), onde se percebe nitidamente que algumas ações não têm recebido a atenção devida (Cintra *et al.*, 2022, Ferreira & Cintra, 2023). Nota-se que dentre as dez as ações

contidas no Decreto: atenção à saúde (4), cultura (6), esporte (7); creche (8) e acesso, participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e outros transtornos (10) são as menos praticadas. Com intuito de aprofundar, Fava (2021) verificou quais realizavam as ações de AE, discernindo entre as que são pagas ou não (Figura 4).

Figura 4

Comparativo das ações pagas ou não do PNAES



Fonte: Fava (2021:61).

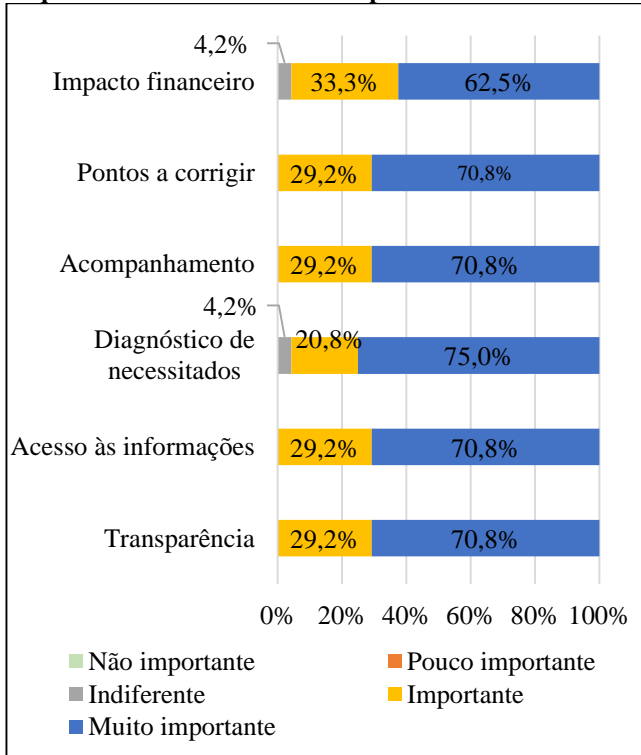
Os resultados corroboram as críticas, que 6 das 10 ações reforçam o processo de bolsificação, pois acabam se concentrando no oferecimento de bolsas para auxílio financeiro e deixam em segundo plano as ações sem pecúnias ao estudante (Ferreira, Sanabria & Cintra, 2023). Outro ponto é a inclusão digital, que foi a ação menos frequente e, portanto, a pandemia obrigou um olhar diferente no atendimento deste item (Cintra *et al.*, 2022).

Adentrando às necessidades institucionais, a pesquisa de Fava (2021) revela dados acerca da visão dos gestores das IFES, em fatores como impacto, produto e processo na AE, utilizando-se da escala de Likert de cinco pontos, variando de “não importante” até “muito importante”. O impacto diz respeito às mudanças que as ações de AE trazem e/ou proporcionam aos beneficiários e

a sociedade (Figura 5).

Figura 5

O que deve ser medido como impacto na AE

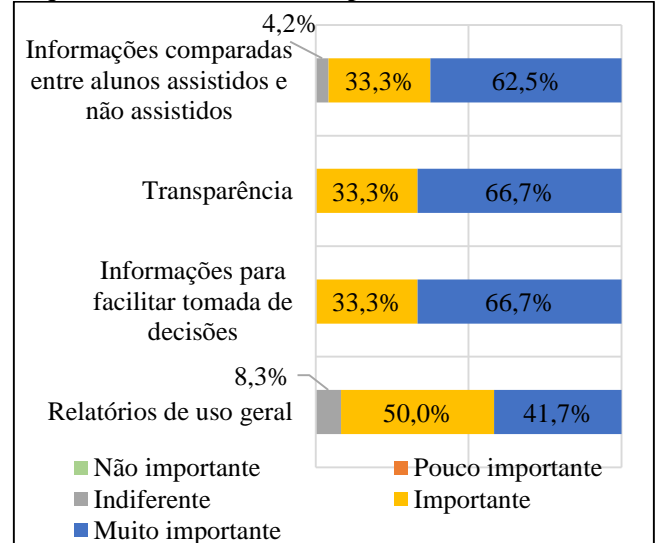


Fonte: Fava (2021:88).

Diagnósticos de necessitados, transparência, acesso às informações, acompanhamento e pontos a corrigir são os principais pontos a serem considerados no impacto das ações de AE, o que reforça a justificativa prática da reflexão do trabalho, no sentido de que é preciso que as IFES tenham mecanismos para identificar o público que realmente necessita das ações e isso só é possível a partir de ferramentas que possam evidenciar as informações importantes ou até no sentido de evidenciar que não há na IFES essa informação. No produto, consiste no que é gerado na cadeia de valor e revela quão importante é aos gestores os atributos da Figura 6.

Figura 6

O que deve ser medido como produto na AE

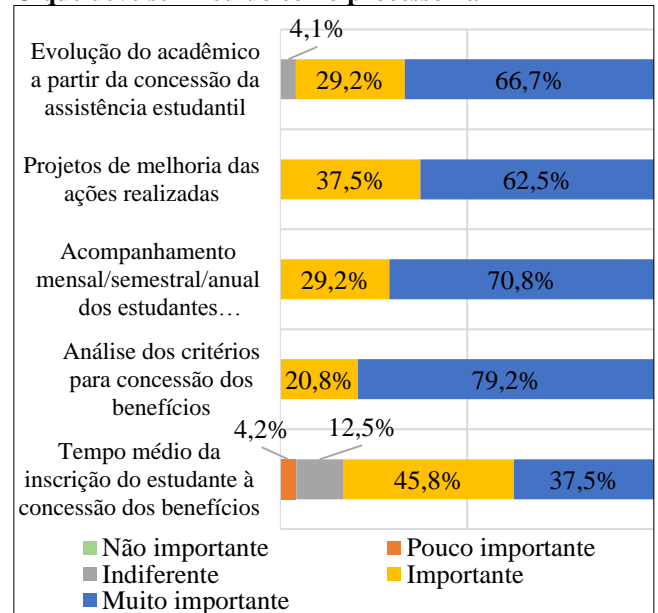


Fonte: Fava (2021:88).

Informações à tomada de decisões e transparência são os pontos a serem considerados na categoria produto das ações de AE. Importante ressaltar que, novamente, o aspecto transparência aparece entre os principais e, portanto, a pesquisa vem ajudar a estruturar este item nas IFES. Na categoria processo, “que correspondem às ações e projetos executados, tempo de ciclo dessas etapas e custo do processo” (Fava, 2021:89), possui os seguintes resultados, conforme Figura 7.

Figura 7

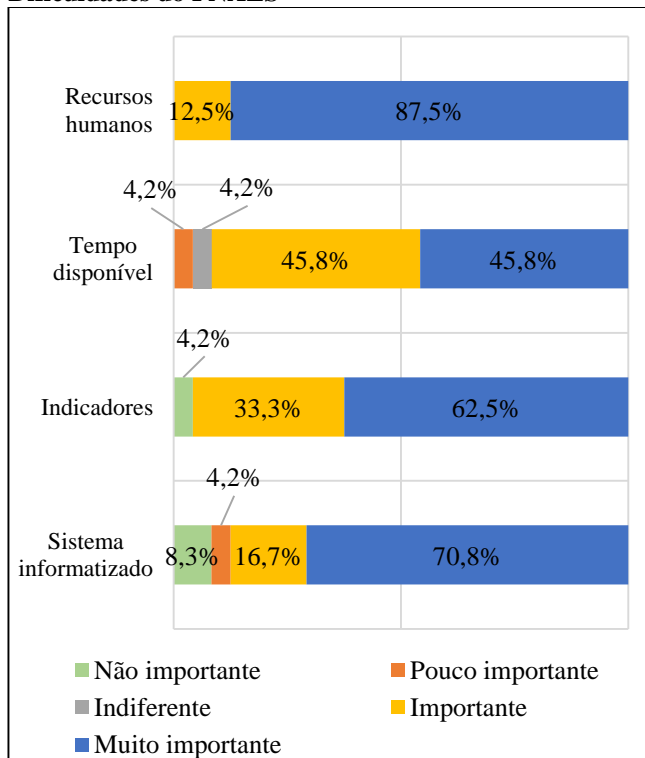
O que deve ser medido como processo na AE



Fonte: Fava (2021, p. 89)

Análise dos critérios para a concessão dos benefícios e acompanhamento dos estudantes beneficiados são os pontos a serem considerados no processo das ações de AE. Não obstante, Fava (2021) evidencia as dificuldades encontradas pelos gestores nos processos de acompanhamento-avaliação do PNAES (Figura 8).

Figura 8
Dificuldades do PNAES



Fonte: Fava (2021:90).

Dentre as dificuldades, a disponibilidade de um sistema informatizado é o que se considera como destaque para minimizar as demais, considerando que a partir deste, é possível a produção de indicadores, o que poderia otimizar o uso de pessoal, além de impactar diretamente no tempo para realizar as ações. Posto isso, alguns apontamentos podem ser feitos: o fomento à cultura é pouco difundido nas IFES, pois somente sete praticam a ação; o impacto no ambiente social dos beneficiários de AE só ocorre quando há o diagnóstico dos contemplados ou quando se conhece de fato suas necessidades; transparência e subsídios de informações são essenciais ao desenvolvimento das atividades; acompanhamento periódico e análise dos critérios de concessão são destaques no envolvimento do

processo; e os recursos humanos e a falta de sistema informatizado de gerenciamento da AE são as principais dificuldades.

Feito esses apontamentos, cabe salientar que esta seção buscou evidenciar alguns aspectos de como o PNAES tem sido executado nas IFES, bem como seus principais desafios na ótica dos gestores que o realizam de forma prática. Dessa forma, na estruturação do instrumento, levou-se em consideração a visão do gestor e a situação das IFES, o que propicia verificar a qualidade e o nível da transparência nos portais, podendo fomentar a melhoria dos procedimentos da política nas IFES. A seguir, é apresentado o resultado da pesquisa, com a estruturação do modelo de medição da *accountability* da AE em portais eletrônicos.

Discussão dos Resultados

Nesta seção, apresenta-se a estruturação do instrumento de medição da *accountability* da AE em portais eletrônicos da IFES. Por meio de revisão sistemática da literatura, na qual buscou verificar os modelos existentes e refletir sobre utilização e adaptação/referência para um enfoque no qual se poderia promover uma classificação inicial quanto a promoção de *accountability* das instituições. Além disso, buscou refletir e contemplar informações de outras pesquisas que pudessem contribuir para uma melhor compreensão dessa política, como foi o caso da pesquisa realizada por Fava (2021), com o que deveria ser medido na política de AE na ótica dos gestores das IFES.

Estruturação do instrumento: visão inicial

Alguns protocolos para aferir a *accountability* foram encontrados na literatura (Andrade & Raupp, 2017; Baraldi, Borget e Fabre, 2019; Caleffi & Raupp, 2017; Cruz & Zucolotto 2020; Ferreira *et al.*, 2020; Laguna, Grande e Zurdo, 2021; Martins & Peixe, 2020; Moraes Jr., Carneiro & Silva Neto, 2015; Passos, 2020; Pinto Filho, Rita & Pinto, 2020; Raupp & Pinho, 2011; 2012; 2013; Rigoni, Gonzaga & Zucolotto, 2021; Rocha, Zucolotto e Teixeira, 2020; Silva, Mont-Mor & Rodrigues, 2019; Vieira *et al.*, 2018), e foram utilizados para corroborar e sustentar os

critérios presentes no instrumento proposto.

De forma a aferir a *accountability* da AE, o foco refere-se às saídas da política, como forma de averiguar a entrega efetiva dos serviços. Para tanto, utilizou-se como referência modelo proposto por Passos (2020), que se utilizou da capacidade de aderência aos dispositivos do PNAES, normativas do TCU e instrumentos da LAI como referência. O modelo se mostrou aderente aos propósitos da pesquisa, pois possui uma correlação quanto aos enfoques, já que Passos (2020) analisou em que medida o relatório de gestão contempla o princípio da transparência ativa no tocante a política de AE do IFPE, por meio de três dimensões: Transparência Ativa, Prestação

de Contas e AE. Utilizou-se de itens de verificação presentes no modelo de Passos (2020), em especial os normativos legais, e buscou elencar itens da visão dos gestores das IFES (Fava, 2021).

Dessa forma, busca evidenciar a realidade dos portais das IFES no que tange a *accountability* da AE, de forma mais ampla que a pesquisa de Passos (2020), que ficou restrito a capacidade de transparência de informações nos relatórios de gestão entregue pelo IFPE ao TCU. Nesse sentido, a perspectiva de análise está na *accountability* promovida pelas IFES acerca da AE à sociedade, e não apenas na transparência das ações. O instrumento de medição pode ser visualizado na tabela 1.

Tabela 1

Instrumento de medição do nível da accountability da AE nas IFES

DIMENSÃO DE AVALIAÇÃO - TRANSPARÊNCIA			
Itens de Avaliação	Pontuações Individuais	Fundamento Legal	Fundamento de estudos Anteriores
1. Há no portal o registro das competências e estrutura organizacional, endereços, telefones e <i>e-mail</i> das respectivas unidades e horários de atendimento ao público da IFEs?	1,0 - Integral 0,66 - Parcial 0,33 - Insuficiente 0 - Ausente ou não identificado	Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 1º, inciso I	Passos (2020); Raupp e Pinho (2011; 2012; 2013); Caleffi e Raupp (2017); Martins e Peixe (2020)
2. É disponibilizada a legislação completa e atualizada no âmbito da AE?		Decreto 7.234/2010 - PNAES	***
3. Há registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros no âmbito da AE?		Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 1º, inciso II	Passos (2020); Cruz e Zucolotto (2020); Andrade e Raupp (2017)
4. Há informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados no âmbito da AE?		Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 1º, inciso IV	Passos (2020); Caleffi e Raupp (2017); Pinto Filho, Rita e Pinto (2020)
5. Há dados gerais ou notícias para o acompanhamento de programas, ações, projetos destinados a AE?		Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 1º, inciso V	Passos (2020); Raupp e Pinho (2011; 2012; 2013); Nascimento Jr., Carneiro e Silva Neto (2015)
6. Há seção de perguntas mais frequentes da sociedade?		Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 1º, inciso VI	Passos (2020); Baraldi, Borget e Fabre (2019); Caleffi e Raupp (2017)
7. O portal contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão?		Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 3º, inciso I	Baraldi, Borget e Fabre (2019); Martins e Peixe (2020)
8. Há local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do portal?		Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 3º, inciso VII	Raupp e Pinho (2011; 2012; 2013); Vieira <i>et al.</i> (2018); Caleffi e Raupp (2017);

9. Há medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência?		Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 3º, inciso VIII	Martins e Peixe (2020); Pinto Filho, Rita e Pinto (2020)
10. Há no portal sistema automatizado que permita acompanhar os processos referentes às ações realizadas no âmbito da AE		***	Fava (2021)

DIMENSÃO AVALIAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Itens de avaliação	Pontuações Individuais	Fundamento Legal	Fundamento de estudos Anteriores	
1. Há Informações gerais sobre o perfil socioeconômico dos estudantes da IFES?	1,0 - Integral 0,66 - Parcial 0,33 - Insuficiente 0 - Ausente ou não identificado	***	Fava (2021); Silva, Mont-Mor e Rodrigues (2019); Rigoni, Gonzaga e Zuccolotto (2021)	
2. Há disponibilização do relatório de gestão do último exercício, que contenha informações acerca da AE da IFE?		Instrução Normativa nº 84, de 22/04/2020 – TCU, Cap. III, Art. 8º, § 4	***	
3. Há procedimentos de diagnóstico do público alvo?		Decreto 7.234/2010 - PNAES	***	Fava (2021)
4. Há critérios de concessão de AE pecuniária?		***	***	Fava (2021)
5. Há identificação dos estudantes beneficiários da AE, por classificação quanto ao tipo de ação e valores?		***	***	Fava (2021)
6. Há medidas de acompanhamento dos estudantes beneficiários?		Decreto 7.234/2010 - PNAES	***	Fava (2021)
7. Há possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações?		Lei 12.527/2011, Art. 8º, § 3º, inciso II	***	Vieira <i>et al.</i> (2018); Caleffi e Raupp (2017); Ferreira <i>et al.</i> (2020)
8. Há no portal informação acerca de objetivos, metas, e indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados, sua vinculação aos objetivos estratégicos e à missão da IFES no âmbito da AE?		Instrução Normativa nº 84, de 22/04/2020 - TCU, Cap. III, Art. nº 8, I-a	***	

DIMENSÃO AVALIAÇÃO - RESPONSABILIZAÇÃO

Itens de avaliação	Pontuações Individuais	Fundamento Legal	Fundamento de estudos Anteriores	
1. São disponibilizados relatórios de auditoria acerca da AE?	1,0 - Integral 0,66 - Parcial 0,33 - Insuficiente 0 - Ausente ou não identificado	Instrução Normativa nº 84, de 22/04/2020 - TCU, Cap. III, Art. nº 8, I - C	Rocha, Zuccolotto e Teixeira (2020); Laguna, Grande e Zurdo (2021)	
2. É disponibilizado o parecer prévio do Tribunal de Contas referente às prestações de Contas?		Instrução Normativa nº 84, de 22/04/2020 - TCU	***	Martins e Peixe (2020)
3. Há disponível no portal o contato da autoridade de monitoramento do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)		Lei 12.527/2011, Art. 40	***	Raupp e Pinho (2011; 2012; 2013); Vieira <i>et al.</i> (2018); Silva, Borba e Miranda (2020)

Fonte: Elaborado pelos autores

Cada item do instrumento receberá uma pontuação, conforme sua classificação dentre os critérios: Integral (1), Parcial (0,66), Insuficiente

(0,33), Ausente (0). As categorias classificatórias seguem o seguinte roteiro na descrição: integral quando houver plena aderência ao item de

avaliação; parcial quando alguma informação estiver incompleta; insuficiente quanto houver omissão significativa ou superficialidade quanto ao assunto; e ausente ou não identificado quando, de fato, a informação não for localizada ou mesmo inexistente. Essa pontuação foi obtida a partir do modelo de Passos (2020) e se mostrou aderente ao propósito desta pesquisa. Ao final, tem-se 21 questões, cujas respostas podem atingir o máximo

de 21 pontos. Diferente do modelo de Passos (2020), propõe-se um instrumento com atribuição de peso igual entre as dimensões, pois considera que as três dimensões são equivalentes entre si, e dessa forma igualmente fundamentais para que ocorra *accountability* no âmbito da AE. Os números de questões por dimensão estão discriminados na Figura 11.

Figura 11

Quantidade de questões por dimensão

Dimensão	Quantidade de questões
Transparência	10
Prestação de Contas	8
Responsabilização	3
Total	21

Fonte: Elaborado pelos autores

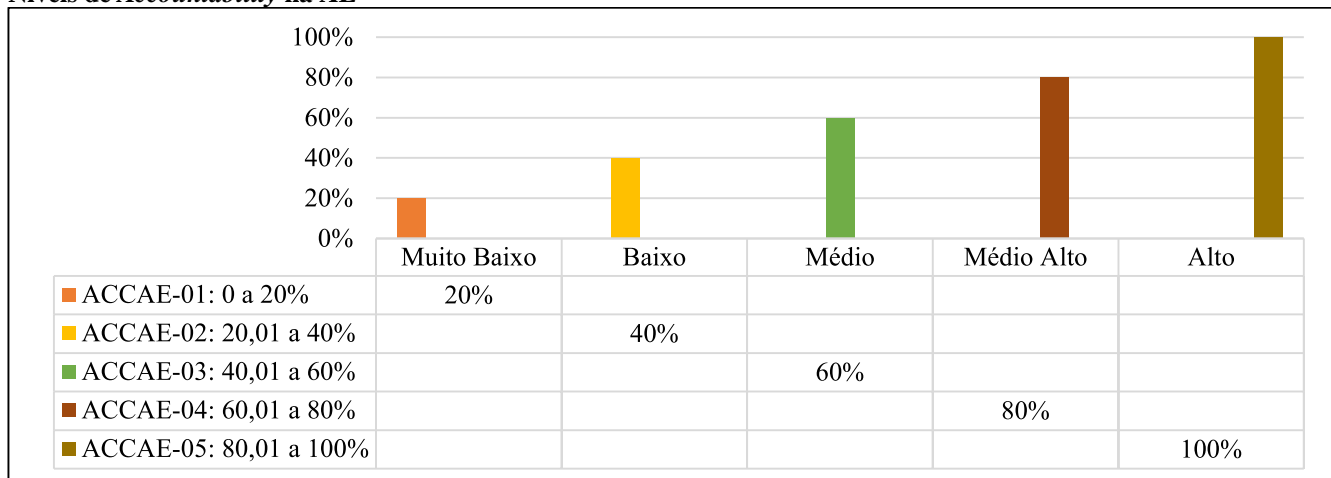
A mensuração dos itens será feita da seguinte maneira: a soma da pontuação dos itens será dividida pela quantidade de itens de cada dimensão. Após, será somada a pontuação final de cada dimensão e multiplicada pelo peso (33). Este modelo de mensuração também foi utilizado de Passos (2020), com alteração no peso das dimensões. O modelo é representado da seguinte forma:

$$D = \frac{(i1 + i2 + i3...i21)}{10} \times 33$$

Para demonstrar, a condição em que o portal promove *accountability* da AE, adotou-se uma escala percentual, no qual a partir da tabulação dos resultados de observação dos portais será possível identificar se possui a *accountability* da Assistência Estudantil (ACCAE) em 5 níveis: Muito Baixo, Baixo, Médio, Médio Alto e Alto de acordo com o percentual atingido, até 20% - muito baixo; de 20,01 a 40% - baixo, de 40,01 a 60% - médio, de 60,01 a 80% - médio alto e de 80,01% a 100% - alto, conforme Figura 12.

Figura 12

Níveis de Accountability na AE



Fonte: Elaborado pelos autores

Cumpra-se destacar que esta classificação é uma variação do proposto por passos, ampliando os níveis de classificação, para que se possa fazer uma distinção mais detalhada entre as IFES. Isso posto, espera-se que a avaliação da *accountability* nos sites institucionais permita inferir se a IFES tem atendido, dentro do espectro da pesquisa, os elementos à apuração das dimensões apresentadas. Salienta-se que a constante evolução dos conceitos que permeiam uma adequada *accountability*, bem como as mudanças na legislação do PNAES podem requerer novas investigações e adaptações, impactando assim na modernização/atualização do instrumento.

Considerações Finais

Este estudo propôs construir um instrumento de medição da *accountability* da AE em portais eletrônicos. Por meio de revisão sistemática da literatura, na qual buscou verificar os modelos existentes e refletir sobre utilização e referência para um enfoque no qual se poderia promover uma classificação inicial quanto a promoção de *accountability* nas IFES. Além disso, buscou reunir informações de pesquisas anteriores e complementares que pudessem contribuir para uma melhor compreensão dessa política, como foi o caso da pesquisa realizada por Passos (2020) com a verificação da transparência ativa e a de Fava (2021) com o que deveria ser medido no PNAES na ótica dos gestores das IFES.

A contribuição teórica aqui abarca a lacuna no que tange a inexistência de um instrumento que seja capaz de reunir as informações mínimas que devem ser publicadas nos portais eletrônicos das IFES, com uma temática mais ampla do que apenas a finalidade de transparência, bem como contribui na reflexão do nível da *accountability* nas IFES. Além disso, os resultados mostram um caminho para melhoria nos processos e na promoção da *accountability* nas instituições e apresenta-se como pioneiro a alinhar o contexto da AE com as três dimensões da *accountability*. Essa aproximação pode gerar novos frutos ao campo e

comparabilidade, como se buscou estruturar aqui, do PNAES nas IFES, dada a escassez de produção de pesquisas nesta área.

Entretanto, o estudo apresenta limitações: utilização das bases de busca, pois poderia ter sido incluída outras; e o trabalho, por conta dos resultados iniciais ao campo, não foi exaustivo na exposição sobre *accountability* e AE, mas buscou oferecer uma nova ótica para avaliar aspectos relacionados a ambos; e, portanto, novos elementos podem ser refletidos e/ou adicionados ao contexto em uma futura pesquisa. Ademais, antes de novas inclusões, seria interessante que o instrumento passasse por uma validação de face (qualitativa) e/ou validação estatística ou de aderência (quantitativa), para que assim, o instrumento seja conduzido para uma fase de aplicação piloto – o que pode suscitar um longo caminho de pesquisas futuras com este instrumento. Superada essa validação e aplicação piloto, sugere-se, assim, que tal instrumento seja justaposto de fato nos portais eletrônicos das instituições para que se possa ter uma classificação das IFES em um mesmo plano e *ranking*, contribuindo assim para mensurar o nível da *accountability* da AE nos portais das IFES.

Referências

- Abrucio, F., & Loureiro, M. (2004). Finanças públicas, democracia e instrumentos de *accountability*. FGV-ESESP/GV *Relatório de Pesquisa nº 31/2004*. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3104>
- Andrade, A., & Teixeira, M. (2017). Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 22, 512-528. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>
- Andrade, F., & Pachêco, T. (2019). Os impactos do programa de assistência estudantil na trajetória dos estudantes: um estudo no Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. *Boletim Técnico do Senac*, 45(3), 75-92. DOI: <https://doi.org/10.26849/bts.v45i3.790>

Andrade, R., & Raupp, F. (2017). Transparência do Legislativo local à luz da Lei de Acesso à Informação: evidências empíricas a partir dos maiores municípios brasileiros. *Desenvolvimento em Questão*, 15(41), 85-130. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.85-130>

Araújo, H., & Andrade, F. (2017). O trabalho da equipe multidisciplinar da assistência estudantil no IFCE-Campus Fortaleza/CE. *Revista Exitus*, 7(2), 350-377. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2017v7n2ID317>

Assis, A., Sanabio, M., Magaldi, C., & Machado, C. (2013). As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 6(4), 125-146. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p125>

Bairral, M. (2013). *Transparência no Setor Público: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010*. 6 fevereiro. 102f. Dissertação (Mestrado em Controle de Gestão) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Bairral, M., Silva, A., & Alves, F. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49, 643-675. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612125158>

Baraldi, F., Borgert, A., & Fabre, V. (2019). Análise dos portais de transparência de pequenos municípios do Paraná. *Práticas de Administração Pública*, 3(1), 63-84.

Barbosa, R. (2009). *A assistência ao estudante da Residência Universitária da UFPB*. 133 f. Dissertação de mestrado.

Batista, I., Gomes, R., & Panis, A. (2021). Accountability sob o enfoque da Governança Pública

no Brasil: Uma Revisão Sistemática da Produção Científica entre 2012 e 2021. *Encontro Brasileiro de Administração Pública*, 16, 1-11.

Batista, M. (2019). *Políticas de inclusão universitária: permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí*. 402f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Brito, A., Costa, A., & Almeida, V. (2019). Gestão universitária: políticas comparadas de monitoramento do programa bolsa permanência em universidades federais brasileiras. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14, 1862-1875. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.3.13036>

Brito, A., Souza, K., & Almeida, V. (2021). Política pública de assistência estudantil no Ensino Superior: o Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal da Grande Dourados. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 16, 508-523. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i2.13671>

Buta, B., Teixeira, M., Schurgelies, V. (2018). Accountability nos atos da Administração Pública federal brasileira. *Revista Pretexto*, 19(4), 46-62. DOI: <https://doi.org/10.21714/pretexto.v19i4.5715>

Caleffi, C., & Raupp, F. Avaliação da Transparência Fiscal e do Acesso à Informação nas Assembleias Legislativas Brasileiras. *Revista Meta: Avaliação*, 9(26), 360-386, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v9i26.1314>

Campos, A. (1990). Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 24(2), 30-50.

Capobianco, R., Silveira, S., Zerbato, C., & Mendes, A. (2011). Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da ANPAD sobre avaliação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 45, 1869-1890. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600012>

Carneiro, A., Oliveira, D., & Torres, L. (2011). Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da

contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(2), 90-105.

Carrano, D., Bertassi, A., & Melo-Silva, G. (2018). Efetividade do PNAES enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ. *Educação Online*, 13(28), 1-19. DOI: <https://doi.org/10.36556/eol.v13i28.417>

Chaves, J., & Silveira, F. (2018). Ensino superior e política de assistência estudantil: repensando a formação universitária. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 15(40), 224-250.

Cintra, R. F., Ribeiro, I., & Costa, B. K. (2023). Moradia estudantil e índice de desempenho acadêmico: análise quantitativa na Universidade Federal da Grande Dourados. *Dialogia*, 42, 1-20. DOI: <https://doi.org/10.5585/43.2023.22834>

Cintra, R., Souza, G., & Fava, H. (2020). Cavalos “dado” se olha os dentes sim! Proposta de escalonamento da bolsa permanência à luz da vulnerabilidade. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, 7(3), 710-721. DOI: <https://doi.org/10.48075/comsus.v7i3.26311>

Cintra, R.; Fava, H.; Souza, G.; & Jesus Silva, T. (2022). Reflexo da pandemia Covid-19 nas ações da assistência estudantil: análise nas instituições federais de ensino superior. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 15(3), 1-20. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e83898>

Coelho, T., Silva, T., Cunha, M., & Teixeira, M. (2018). Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(75), 235-260. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.73447>

Cruz, G., & Zuccolotto, R. (2020). Transparência ativa no Judiciário: um estudo dos portais eletrônicos dos Tribunais de Justiça. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(82), 1-21. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v25n82.80149>

Cunha, C. (2018). Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e

experiências no Brasil. *Revista Estudos de Planejamento*, 12, 27-57.

Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

Déniz-Déniz, M., & Zárraga-Oberty, C. (2004). A avaliação do ambiente dos stakeholders na nova era do conhecimento: um estudo empírico da influência da estrutura organizacional. *Ética Empresarial*, 13(4), 372-388.

Dubnick, M., & Frederickson, H. (2011). Public accountability: performance measurement, the extended state, and the search for trust. *National Academy of Public Administration & The Kettering Foundation*. Recuperado de <https://ssrn.com/abstract=1875024>

Dutra, N., & Santos, M. (2017). Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25, 148-181. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>

Eloi, S., Silva, F., Silveira, S., & Vieira, O. (2019). O programa nacional de assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa: uma avaliação na percepção dos beneficiários. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 12(3), 106-129. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n3p106>

Estrada, A., & Radaelli, A. (2014). A política de assistência estudantil em uma universidade pública; a perspectiva estudantil. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, 16, 32-47. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v0i16.9359>

Fava, H. (2021). *Indicadores na gestão da assistência estudantil em instituições federais de ensino superior no Brasil: da produção acadêmica à aplicação*. 146f. Dissertação de Mestrado - UFGD: Universidade Federal da Grande Dourados Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional.

Fava, H., & Cintra, R. (2021). Indicadores para avaliação e monitoramento da Assistência Estudantil nas Universidades Federais do Brasil: uma proposta modelo de implantação. *XXIV SEMEAD - Seminários em Administração*. São Paulo.

Fava, H., & Cintra, R. (2022). Indicadores na assistência estudantil: análise nas universidades federais brasileiras. *Revista Ciências Administrativas*, 28, e12649, 1-14. DOI: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2022.28.e12649>

Fava, H., Hall, R., & Cintra, R. (2022). Indicadores na Assistência Estudantil: O que a Literatura ‘Diz’?. *Revista Jornal de Políticas Públicas Educacionais*, v(16), 1-19. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v16i1.83591>

Felippe, J. (2015). Assistência estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso. *Textos & Contextos*, 14(1), 145-155. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.20388>

Fernandes, I., & Almeida, L. (2019). Teorias e modelos de políticas públicas: uma revisão das abordagens sobre o processo de políticas. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 28(1), 122-146. DOI: <https://doi.org/10.4322/tp.v28i1.706>

Ferreira, C., & Santos, E. (2014). Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. *Revista LABOR*, 1(11), 143-155.

Ferreira, C., Silva, G., Rosa, F., & Alberton, L. (2020). Transparência da prestação de contas dos gastos públicos nos governos municipais: um estudo de caso no Estado de Goiás. *Revista Ambiente Contábil*, 12(2), 157-178. DOI: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n2ID19090>

Ferreira, N., & Cintra, R. (2023). O orçamento do PANES e a “fatia” do esporte e lazer nas Universidades Federais Brasileiras: mais do mesmo!?. *Revista de Gestão e Secretariado* [in press].

Ferreira, N., Sanabria, D., & Cintra, R. (2023). O Esporte e o Lazer no Programa Nacional de Assistência

Estudantil: Revisão Sistemática da Literatura. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 26(1), 239-275. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.45726>

Ferreira, S. (2017). Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(2), 291-307. DOI: <https://doi.org/10.22348/riesup.v3i2.7757>

Fox, J. (2007). The uncertain relationship between transparency and accountability. *Development in Practice*, 17(4), 663-671. DOI: <https://doi.org/10.1080/09614520701469955>

Gazotto, M., & Giometti, A. (2016). Assistência estudantil no cenário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. *GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales*, 7(87), 1-11.

Holland, J., Thirkell, A., Trepanier, E., & Earle, L. (2009). Measuring change and results in voice and accountability work. *DFID, Department for International Development*, Working Paper, 134.

IPEA. (2010). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Estado, instituições e democracia*. Brasília: IPEA. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3188>

Janssen, M., Matheus, R., Longo, J., & Weerakkody, V. (2017). Transforming government: people, process and policy. *Policy*, 11(1), 2-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/TG-02-2017-0015>

Junior, D., Carneiro, A., & Silva Neto, J. (2016). Nível e Ranking da Transparência e Acesso à Informação dos Municípios de Rondônia. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 4(2), 47-64.

Laguna, L., Grande, E., & Zurdo, R. (2021). ¿ Son transparentes las empresas que reciben subvenciones?: El impacto social en España y su evaluación. *REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos*, 138, 213-238.

Lima, M., & Carvalho, E. (2021). A assistência

estudantil no IFPR: a construção de um objeto de estudo. *Cadernos Cajuína*, 6(3), 21–35. DOI: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.490>

Lima, W., & Ferreira, L. (2016). Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. *Revista Meta: Avaliação*, 8(22), 116-148. DOI: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v8i22.870>

Machado Jr., E., & Carvalho, C. (2020). Democracia, transparência e accountability: modelagem de avaliação de portais de transparência. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 11(1), 127–144. DOI: <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2020.001.0010>

Machado, J., & Pan, M. (2016). Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. *Estudos de Psicologia*, 21, 477-488. DOI: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160046>

Martins, G., & Peixe, B. (2020). Governança Pública: Análise Exploratória da Disclosure dos Municípios da Região Sul do Brasil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(4), 134-159.

Medeiros, A., Crantschaninov, T., & Silva, F. (2013). Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. *Revista de Administração Pública*, 47, 745-775. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000300010>

Mendieta, M. (2021). ¿Qué condiciones favorecen una transparencia pública efectiva? Artículo de revisión. *Revista de Estudios Políticos*, 194, 213-247. <https://doi.org/10.18042/cepc/rep.194.08>

Michener, G., & Bersch, K. (2013). Identifying transparency. *Information Polity*, 18(3), 233–242.

O'Donnell, G. (1998). Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 44, 27–54. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>

Oliveira, G., & Oliveira, M. (2015). A permanência

escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(3), 198–215. DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991299>

Olivieri, C. (2011). Os controles políticos sobre a burocracia. *Revista de Administração Pública*, 45, 1395-1424. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000500007>

Passos, J. (2020). *O que os olhos não veem a sociedade não sente: a política de assistência estudantil no IFPE e o princípio da transparência ativa*. 136f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

Pinho, J., & Sacramento, A. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43, 1343-1368. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>

Pinto Filho, J., Rita, L., & Pinto, I. (2020). Política de Acesso à Informação nas Capitais Nordestinas: Análise do cumprimento da LAI pelo Poder Executivo Municipal. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, (10), 53.

Pinto, G. (2017). A política de permanência universitária sob o olhar dos estudantes: o caso da UFF. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, 8(1), 163-177. DOI: <https://doi.org/10.30681/ecs.v8i1.3043>

Platt Neto, O., Cruz, F., Ensslin, S., & Ensslin, L. (2007). Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(1), 75-94.

Ramasamy, R. (2020). Quality of government, public service delivery and institutional impartiality in ethnically polarised societies: evidence for policy makers. *Asia Pacific Journal of Public Administration*, 42(1), 46-60. <https://doi.org/10.1080/23276665.2020.1731246>

Ramos, M., & Schabbach, L. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 46, 1271-1294. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>

Raupp, F. M., & Pinho, J. (2011). Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. *Cadernos Ebape.Br*, 9, 116-138. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100008>

Raupp, F., & Pinho, J. (2012). Portais eletrônicos de câmaras localizadas em pequenos municípios catarinenses: murais eletrônicos ou promotores de construção da prestação de contas, transparência e participação?. *Pensar Contábil*, 14(53), 35-44.

Raupp, F., & Pinho, J. (2013). Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração (São Paulo)*, 48, 770-782.

Rigoni, B., Gonzaga, R., & Zuccolotto, R. (2021). Transparência e accountability: análise dos indicadores de gestão dos institutos federais de educação. *Contabilidade Gestão e Governança*, 24(3), 406-421.

Rigoni, B., Gonzaga, R., & Zuccolotto, R. (2021). Transparência e Accountability: Análise dos Indicadores de Gestão dos Institutos Federais de Educação. *Contabilidade Gestão e Governança*, 24(3), 406-421. DOI: https://doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n3a9

Rocha, A. (2011). Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade Gestão e Governança*, 14(2), 82-97.

Rocha, D., Zuccolotto, R., & Teixeira, M. (2020). Insulados e não democráticos: a (im) possibilidade do exercício da social accountability nos Tribunais de Contas brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 54, 201-219. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220190294>

Samaratunge, R., & Alam, Q. (2021). Accountability and transparency in emerging countries: Governance, democratic currents and change. *Public Administration and Development*, 41(4), 147-156. DOI: <https://doi.org/10.1002/pad.1963>

Santana, A., Donida, L., Monteiro, A., & Silva, S. (2015). Acessibilidade e permanência: um estudo do programa institucional de apoio aos estudantes da

Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 10, 673-690. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v10i5.7919>

Santos, D. J., & Souza, K. R. (2022). A produção científica sobre a governança pública no Brasil. *Revista Administração em Diálogo*, 24(2), 24-38. DOI: <https://dx.doi.org/10.23925/2178-0080.2022v24i2.49120>

Secchi, L. (2010). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning.

Silva, A., Mota, L., Dornelas, C., & Lacerda, A. (2017). A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. *Revista Debates*, 11(1), 25-42. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.72132>

Silva, E., & Silva, G. (2023). Avaliações externas e accountability como políticas de regulação da educação. *Dialogia*, (45), 23155. DOI: <https://doi.org/10.5585/45.2023.23155>

Silva, P., Monte-Mor, D., & dos Santos Rodrigues, V. (2019). A influência do nível de transparência da gestão pública na quantidade de disclosure informacional dos municípios capixabas. *Revista Mineira de Contabilidade*, 20(3), 18-31. DOI: <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2019v20n3t02>

Vasconcelos, N. (2010). Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino em Revista*, 17(2), 599-616. DOI: <https://doi.org/10.14393/ER-v17n2a2010-12>

Vieira, A., Mendonça, A., Cavalheiro, R., & Kremer, A. (2018). Accountability no Mato Grosso do Sul: um retrato a partir dos portais eletrônicos municipais. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 293-302. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v10i4.5717>

Zuccolotto, R., & Teixeira, M. (2014). Budgetary transparency and democracy: the effectiveness of control institutions. *International Business Research*, 7(6), 83-96.